



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Aos Sócios e Administradores da
Mogidonto Planos Odontológicos Ltda.
Mogi das Cruzes - SP

Dados da firma de auditoria

- 1. KPMG Auditores Independentes Ltda**, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Verbo Divino, 1400, 1º - 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº. 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº. SP014428/O-6, representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Cláudio Rogélio Sertório, contador, portador do RG nº 16.506.015-3, inscrito no CPF sob o nº 094.367.598-78 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP212059/O-0, residente e domiciliado em São Paulo/SP com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da Odontoprev S.A. ("Odontoprev") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.



Objetivo da avaliação

2. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2021 da Mogidonto Planos Odontológicos Ltda. tem por objetivo atender ao requerimento do artigo 227 da Lei nº 6.404 de 1976, e será utilizada como base para o processo de incorporação desse patrimônio líquido contábil pela Odontoprev S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as partes em 30 de novembro de 2021.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

3. A Administração da Mogidonto é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Mogidonto está descrito no anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Mogidonto em 30 de setembro de 2021, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo CFC, que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Mogidonto de acordo com as normas brasileiras de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
5. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido contábil, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Mogidonto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Mogidonto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.



Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 4.302.478,51 (quatro milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2021, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Mogidonto Planos Odontológicos Ltda, avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São Paulo, 30 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Anexo I - Balanço patrimonial (em reais)

ATIVO	30 de setembro de 2021
Circulante	6.309.765,06
Disponível (caixa e bancos)	23.540,34
Realizável	6.286.224,72
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado (aplicações financeiras)	5.648.531,75
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	870.191,69
Aplicações livres	4.778.340,06
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	581.983,27
Contraprestações pecuniárias/prêmios a receber	581.983,27
Créditos tributários e previdenciários	27.389,38
Bens e títulos a receber	28.320,32
Não circulante	1.266.666,12
Realizável a longo prazo	1.108.080,35
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.040.937,16
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	67.143,19
Imobilizado	152.860,99
Imobilizado de uso próprio	-
Imobilizado de Uso Próprio	152.860,99
Imobilizado - Odontológicos	5.472,47
Imobilizado - Não Odontológicos	147.388,52
Intangível	5.724,78
TOTAL DO ATIVO	7.576.431,18

PASSIVO	30 de setembro de 2021
Circulante	1.902.210,26
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	954.016,65
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	265.474,47
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (PESL)	419.496,69
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	269.045,49
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	56.166,77
Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	68.462,17
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	537.856,91
Débitos Diversos	285.707,76
Não circulante	1.371.742,41
Provisões para ações judiciais (contingências)	1.333.181,95
Débitos diversos	38.560,46
Patrimônio líquido	4.302.478,51
Capital Social	530.668,00
Reservas de Lucros	1.777.404,82
Lucros Acumulados	1.994.405,69
TOTAL DO PASSIVO	7.576.431,18

Anexo II – Principais políticas contábeis

1. Contexto operacional

Constituída em 24 de junho de 1977, tem por objeto social a operação, gestão, administração e comercialização de planos de saúde privados de assistência odontológica, próprio ou de terceiros.

A Empresa enquadra-se como operadora no segmento odontológico terciário de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras da Empresa pelos sócios ocorreu em 30 de novembro de 2021.

2. Descrição das principais práticas contábeis

2.1 Elaboração e apresentação

O balanço patrimonial da Empresa em 30 de setembro de 2021, foi elaborado em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, e estão sendo apresentadas considerando o contexto da aquisição do controle societário e posterior incorporação pela Odontoprev. estão sendo apresentadas considerando o contexto da aquisição do controle societário pela Odontoprev

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).

2.3 Ativos circulantes

2.3.1 Classificação

(a) Disponível (caixa e bancos)

Inclui dinheiro em caixa, bancos e numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Empresa sem restrições para o uso imediato.

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros ao valor justo através do resultado (aplicações financeiras)

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado quando a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem os créditos de operações com planos de assistência à saúde.

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas no resultado ou à conta de provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

A provisão para perdas sobre as contraprestações a receber foi calculada conforme norma da Agência Nacional de Saúde. Portanto, a Empresa reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, adicionando a totalidade do crédito referente ao contrato.

A contrapartida da provisão é reconhecida no resultado do período na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos, significativamente pela Empresa.

2.4 Ativos não circulantes

2.4.1 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações/amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear dos bens às taxas anuais.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.5 Recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

2.6 Contratos de planos de assistência odontológica

A Empresa emite contratos de assistência odontológica nos quais assume risco de seguro, que inclui a frequência de utilização e flutuação dos custos odontológicos.

2.7 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

Conforme RN 393/2015, alterada pela RN 442/2018, ambas da ANS, a Empresa constitui mensalmente no passivo circulante:

- (i) **Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG):** calculada “pro rata die” com base nas contraprestações emitidas, sendo apropriada ao resultado de acordo com o período de cobertura do risco.
- (ii) **Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (PESL):** classifica os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica. Os gastos assistenciais são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida a conta de resultado de “eventos indenizáveis líquidos”.
- (iii) **Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), é estimada para o pagamento dos eventos que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da operadora na data do Balanço. A Operadora reconhece essa provisão através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo atuário responsável pela nota técnica. A ANS aprovou a utilização dessa metodologia conforme ofício 25 / 2015 / GGAME (GEHAE) / DIOPE.

2.8 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões a pagar, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.9 Tributos e encargos a recolher

- (i) **Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** são

calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240.000 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado.

- (ii) **Programa de integração social (PIS) e contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS):** calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e 4,0% respectivamente.
- (iii) **Imposto sobre serviços (ISS):** calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída à alíquota de 3,0%.
- (iv) **Encargos a recolher:** corresponde as contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.10 Débitos diversos

Salários, férias e honorários (obrigações trabalhistas), fornecedores de bens e serviços, adiantamentos de clientes e contas a pagar diversas.

Referem-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridas no curso normal dos negócios sendo registrados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, classificadas no passivo não circulante.

2.11 Provisões para ações judiciais

A Empresa avalia suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, 100% dos valores pretendidos são provisionados.

2.12 Capital social

As quotas do capital social são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Reservas de lucros

Do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a provisão para o imposto sobre renda e os prejuízos acumulados. O saldo que se verificar será distribuído aos sócios, na proporção das quotas possuídas, ou destinado, no todo ou em parte, à formação de reservas ou à conta dos lucros acumulados, de acordo com a deliberação dos sócios.

2.14 Apuração do Resultado

- (a) **Contraprestações líquidas/prêmios retidos**

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-pagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário “pro-rata die” do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura futuro estão contabilizadas na conta de PPCNG.

(b) Financeiras

Referem-se ao resultado gerado pelas receitas oriundas de aplicações financeiras.

(c) Eventos indenizáveis líquidos

Os serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo as revisões reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação das aplicações financeiras; (ii) avaliação da provisão para perdas sobre créditos; e (iii) avaliação de provisões de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo da PEONA e (ii) avaliação de provisões de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.